



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~ANTE~~PROJETO DE LEI 639/12

**Súmula:** Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.

**Art. 1º.** Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que compõem as carreiras previstas na Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, são os definidos no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** As tabelas de vencimentos estabelecidas no Anexo I desta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

**Art. 2º.** Fica incorporado às tabelas de vencimentos do Anexo I desta Lei os valores correspondentes à gratificação de atividade judiciária (GAJ), ficando, em consequência, revogado o artigo 3º da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010 e o artigo 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012.

**Art. 3º.** Ficam alterados os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023 de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 4º. A chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função comissionada de Chefe de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função comissionada de Supervisor de Secretaria.*

*§ 1º. Por Secretaria haverá uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.*

*I - Nas Escrivanias de entrância final, haverá uma função comissionada de Supervisor de Secretaria;*

*§ 2º. Nas comarcas de juízo único, à medida que houver vacância das serventias, estas serão incorporadas à unidade estatizada anteriormente existente, criando-se estrutura de Secretaria única,*



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



com uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

**§ 3º.** As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar acúmulo das funções comissionadas de Chefe e Supervisor.

**Art. 5º.** As funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

**§ 1º.** As funções comissionadas de Chefe de Secretaria serão exercidas por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, da área judiciária, do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição e, excepcionalmente, por Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito.

I - Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

**§ 2º.** A função comissionada de Supervisor de Secretaria será exercida por servidores ocupantes de cargos de Analista Judiciário, da área judiciária ou contábil, e excepcionalmente por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

**§ 3º.** Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos servidores ocupantes de cargos efetivos para o exercício das funções referidas no caput, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo os critérios definidos nesta Lei.

**§ 4º.** O servidor designado para as funções previstas neste artigo participará de programa de qualificação, conforme disciplinado em regulamento.

...

**Art. 15.** Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Parágrafo único.** Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

**Art. 16.** Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário".

**Art. 4º.** Fica alterado o artigo 155 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 155.** Em caso de afastamento do servidor ocupante do cargo de Escrivão remunerado pelos cofres públicos ou Secretário dos Juizados Especiais, o Juiz de Direito da respectiva unidade indicará servidor ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário, da área jurídica, ou Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito, para o exercício precário das funções, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

**§ 1º.** Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

**§ 2º.** O servidor designado para o exercício precário das funções do titular da Escrivania ou Secretaria dos Juizados Especiais, durante o período de substituição, perceberá proporcionalmente o valor correspondente à gratificação de função de Chefe de Secretaria."

**Art. 5º.** Fica alterado o artigo 266 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 266.** Havendo desdobramento ou criação de vara ou comarca, o Juiz Titular da vara ou comarca desdobrada ou da qual saírem as atribuições, terá o direito de optar pela de sua preferência, respeitados os seus direitos, nos dez dias seguintes à publicação do



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*ato respectivo e, não o fazendo, entender-se-á que preferiu aquela de que é titular."*

**Art. 6º.** As atribuições básicas das funções comissionadas de Chefe de Secretaria e Supervisor de Secretaria passam a ser as constantes do Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** As atribuições específicas das funções comissionada previstas neste artigo serão definidas em regulamento.

**Art. 7º.** Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente a designação de funções comissionadas previstas nesta Lei, até 60 (sessenta) dias após a vigência desta Lei.

**Art. 8º.** Fica revogado o §2º do artigo 31 da Lei 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

**Art. 9º.** A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo da Justiça.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO I

### Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição

#### Parte Permanente

#### Enquadramento e Tabela de Vencimento

##### TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	SUP-1	4.929,90
2	SUP-2	5.176,40
3	SUP-3	5.435,22
4	SUP-4	5.706,98
5	SUP-5	5.992,32
6	SUP-6	6.291,94
7	SUP-7	6.606,54
8	SUP-8	6.936,87
9	SUP-9	7.283,71

##### TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	INT-1	3.862,72
2	INT-2	4.055,85
3	INT-3	4.258,67
4	INT-4	4.471,59
5	INT-5	4.695,16
6	INT-6	4.929,92
7	INT-7	5.176,44
8	INT-8	5.435,25
9	INT-9	5.706,99





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO II

### ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES COMISSONADAS DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**Art. 1º.** Ao Chefe de Secretaria compete:

- I - coordenar e executar os serviços de documentação e movimentação processuais, de guarda e conservação dos autos, de comunicação processual (expedição de mandados, de cartas e de elaboração de editais) e de certificação;
- II - escriturar livros e arquivar documentos, processos e relatório;
- III - atender o público em geral;
- IV - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- V - efetuar a movimentação processual;
- VI - redigir e assinar ofícios, mandados, editais, cartas precatórias, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - fiscalizar o pagamento das custas processuais;
- X - entregar os autos com carga ao juiz, promotor ou advogado, nos casos permitidos em lei;
- XI - cobrar os autos que, findo o prazo, não forem devolvidos;
- XII - registrar, antes da intimação das partes ou ao seu advogado, as sentenças do juiz;
- XIII - emitir, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo ou de fato de seu conhecimento em razão do ofício;
- XIV - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- XV - coordenar todas as atividades relacionadas com serviços da Secretaria.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 2º.** Ao Supervisor de Secretaria compete:

- I - coordenar, em nível auxiliar ao Diretor de Secretaria e segundo sua orientação, todas as atividades relacionadas com os serviços da Secretaria;
- II - substituir o Chefe de Secretaria em seus afastamentos ou impedimentos;
- III - supervisionar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciários e administrativos da Secretaria;
- IV - atender o público em geral;
- V - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- VI - redigir e assinar ofícios, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- X - auxiliar o Juiz Supervisor do Fundo Rotativo nas atividades de coordenação e controle dos recursos destinados à Comarca ou Juízo elaborando a prestação de contas de sua aplicação.



Estado do Paraná

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, constante na Lei Estadual nº 16.023/2008; altera os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023/2008; os artigos 155 e 266 da Lei Estadual nº 14.277/2003; e revoga os artigos 3º da Lei Estadual nº 16.745/2010, 36 da Lei Estadual nº 17.250/2012 e o §2º do artigo 31 da Lei 16.748/2010.

A Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, em seu artigo 3º, instituiu a chamada Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), benefício concedido às carreiras de Analista Judiciário e Técnico Judiciário previstas na Lei Estadual nº 16.023/2008.

De acordo com o citado artigo, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), cuja percepção é condicionada ao efetivo exercício do cargo, incidirá sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) e 80% (oitenta por cento), respectivamente, e não integram os vencimentos, proventos e pensões.

A presente proposta tem por objetivo agregar ao vencimento dessas carreiras o valor que atualmente é pago a título de gratificação.

Isso representa um maior benefício ao servidor, que passará a ter incorporado à sua tabela de vencimentos valores que atualmente lhe são pagos a título de gratificação.

Assim, tais valores deixam de ser apenas um benefício temporário, passando a integralizar todo o vencimento do servidor, aumentando a base de cálculo sobre o qual incidirá o percentual previdenciário, e de consequência, objeto de proventos e pensão.

Por estar-se incorporando a referida gratificação ao vencimento dos servidores pertencentes às classes de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, fica revogado o art. 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012, vez que a Gratificação de Atividade Judiciária deixará de existir.

Foram alterados os artigos 4º, 5º, 15 e 16, todos da Lei Estadual nº 16.023/2008, de modo a reduzir despesas e corrigir distorções nos critérios de atribuição e modo de cálculo das gratificações. Alterou-se a nomenclatura dessas funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisão e seus valores passaram a ser fixos e não mais em percentual incidente sobre o vencimento do servidor.

Com esta nova proposta essas funções comissionadas serão devidas em valor idêntico aos servidores, independentemente de circunstâncias pessoais e não mais oscilando de acordo com o nível de remuneração. Dá-se, portanto, tratamento isonômico às gratificações em razão da sua complexidade e natureza do trabalho desenvolvido.

Em razão da incorporação da GAJ – gratificação de Atividade Judiciária ao vencimento dos servidores, altera-se o percentual da indenização de transporte





Estado do Paraná

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



de 130% (cento e trinta por cento) para 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário.

A indenização é relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para execução de trabalhos externos pelos servidores designados para as funções de Oficial de Justiça.

Assim, embora sua incidência passe para um percentual menor, com o incremento na base de cálculo esta redução não implicará em perdas.

Também foram promovidas algumas alterações no Código de Organização Judiciária Estadual, Lei Estadual nº 14.223, de 30 de dezembro de 2003, especialmente nos artigos 155 e 266, de modo a atualizar seus termos com os da Lei Estadual nº 16.023/2008.

A alteração na redação do artigo 155 decorre da necessidade de prever regras de substituição na chefia das serventias que permanecem sob o modelo de escrivania, em virtude da extinção de carreiras promovidas pelo artigo 21 da lei 16.023, de 19 de dezembro de 2008.

Alterou-se a redação do art. 266 de modo a não mais permitir que em caso de desdobramento ou criação de vara ou comarca possa o serventuário da vara desdobrada optar sua preferência, tendo em vista que a carreira de escrivão foi extinta e, nesses casos, a vara ou comarca passará a reger-se pela Lei Estadual 16.023/2008, que instituiu as novas Secretarias.

Assim, uma vez criada uma Secretaria, por força de desdobramento, não há mais que se falar em opção pelo escrivão.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$ 4.188.000,00 (quatro milhões cento e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013, e R\$ 4.370.000,00 (quatro milhões trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

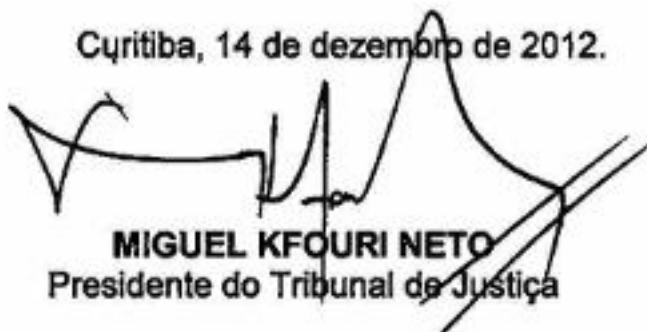
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de dezembro de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.  
Of. nº 1.673/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 12/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº639/2012

*Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA*  
*Relator: Deputado PEDRO LUPION*

*Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.*

EMENTA: DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO JUDICIÁRIO. QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**I - RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei N. 639/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por objetivo o reenquadramento de 08 (oito) servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal do extinto Tribunal de Alçada.

Uma vez proposto o PL, fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

## II - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.<sup>1</sup>

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do

---

<sup>1</sup> Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I<sup>2</sup>, do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.<sup>3</sup>

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).*

---

<sup>2</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>3</sup> Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).*

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

*Art. 96. Compete privativamente:*

*II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:*

*b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;*



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

*Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:*

*I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:*

*b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;*

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



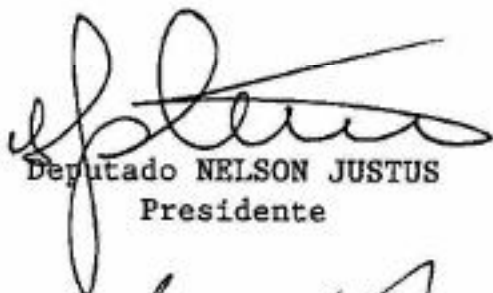
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

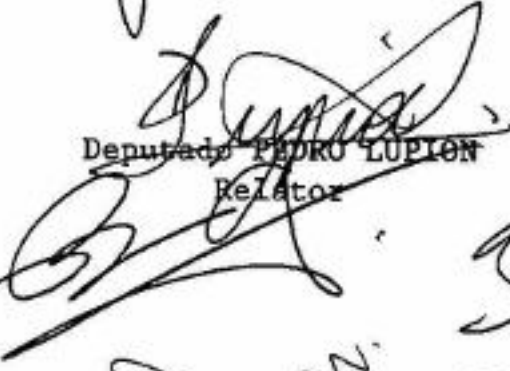
É O VOTO.

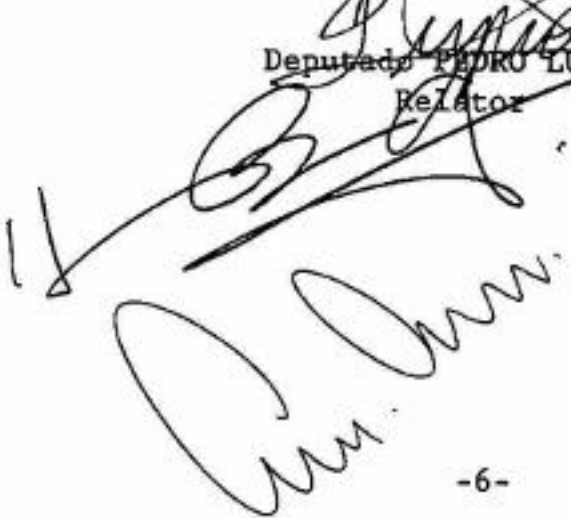

**III - CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei N. 639/2012, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
  
**APROVADO**

18.12.12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 639/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1673/12 que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de 1º Grau de Jurisdição do estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 16.023/08

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que os custos do projeto em tela representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício de 2012, R\$4.188.000,00 (quatro milhões cento e





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

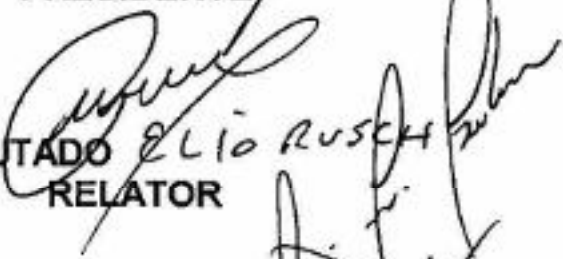
oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$4.370.000,00 (quatro milhões, trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELCIO RUSCH  
RELATOR



29 DEPUTADOS

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

24

Emenda de Plenário nº 01
DAP 13 MAR 2013
Visto [assinatura]

1457 13/03/2013 001852 DP ASSUNTO DE LEGISLATUM 10 99006

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 639/12

O art. 11 do Projeto de Lei nº 639/12 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, 13 de março de 2013.

Justificativa:

Em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar 95/98 a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, ficando vedadas as revogações genéricas.

14. SCARANO  
15. KATO  
16. ACCIOLY  
17. GUSTAVO DINIZ  
18. ACCIOLY  
19. Edson  
20. J. J. J. J.  
21. J. J. J. J.  
22. J. J. J. J.  
23. ALDO MARIN  
24. P. P. P. P.  
25. U. L. L. L.  
26. ADELINO R.  
27. J. J. J. J.  
28. J. J. J. J.  
29. J. J. J. J.  
30. J. J. J. J.  
31. J. J. J. J.  
32. J. J. J. J.  
33. J. J. J. J.  
34. J. J. J. J.  
35. J. J. J. J.  
36. J. J. J. J.  
37. J. J. J. J.  
38. J. J. J. J.  
39. J. J. J. J.  
40. J. J. J. J.  
41. J. J. J. J.  
42. J. J. J. J.  
43. J. J. J. J.  
44. J. J. J. J.  
45. J. J. J. J.  
46. J. J. J. J.  
47. J. J. J. J.  
48. J. J. J. J.  
49. J. J. J. J.  
50. J. J. J. J.  
51. J. J. J. J.  
52. J. J. J. J.  
53. J. J. J. J.  
54. J. J. J. J.  
55. J. J. J. J.  
56. J. J. J. J.  
57. J. J. J. J.  
58. J. J. J. J.  
59. J. J. J. J.  
60. J. J. J. J.  
61. J. J. J. J.  
62. J. J. J. J.  
63. J. J. J. J.  
64. J. J. J. J.  
65. J. J. J. J.  
66. J. J. J. J.  
67. J. J. J. J.  
68. J. J. J. J.  
69. J. J. J. J.  
70. J. J. J. J.  
71. J. J. J. J.  
72. J. J. J. J.  
73. J. J. J. J.  
74. J. J. J. J.  
75. J. J. J. J.  
76. J. J. J. J.  
77. J. J. J. J.  
78. J. J. J. J.  
79. J. J. J. J.  
80. J. J. J. J.  
81. J. J. J. J.  
82. J. J. J. J.  
83. J. J. J. J.  
84. J. J. J. J.  
85. J. J. J. J.  
86. J. J. J. J.  
87. J. J. J. J.  
88. J. J. J. J.  
89. J. J. J. J.  
90. J. J. J. J.  
91. J. J. J. J.  
92. J. J. J. J.  
93. J. J. J. J.  
94. J. J. J. J.  
95. J. J. J. J.  
96. J. J. J. J.  
97. J. J. J. J.  
98. J. J. J. J.  
99. J. J. J. J.  
100. J. J. J. J.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

25

Curitiba, 07 de março de 2013.  
Ofício nº 255/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 08/03/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2013

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente:

Através do Ofício nº 1.673/2012-GP, datado de 14 de dezembro de 2012, foi encaminhado para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 639/2012, que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

No entanto, em razão da existência de erro formal na citada proposta, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de apresentar emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 639/2012, de autoria deste Tribunal de Justiça, para modificar a redação apresentada para o artigo 3º, de modo a excluir do respectivo texto a referência ao artigo 15 da Lei Estadual nº 16.023/2008, já revogado, e reinserir a providência legal proposta como artigo 6º do Projeto de Lei, conforme redação em anexo, enumerando-se o artigo 6º da redação original como artigo 7º e, conseqüentemente, os demais artigos.

Registro, desde já, que a correção proposta não afeta o mérito do Projeto de Lei nº 639/2012, que permanece inalterado em sua essência.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

*[Assinatura]*  
**Desembargador CLAYTON CAMARGO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

14332 12/03/2013 001717 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

26

### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 639/2012.

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 639/2012, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo, sem alterar o mérito de qualquer das medidas propostas originalmente, modificar a redação apresentada para o artigo 3º, de modo a excluir do respectivo texto a referência ao artigo 15 da Lei 16.023/2008, já revogado, e reinserir a providência legal proposta como artigo 6º do Projeto de Lei, conforme redação que segue, renumerando-se o artigo 6º da redação original como artigo 7º e, sequencialmente, os demais artigos:

**"Art. 3º Ficam alterados os arts. 4º e seus parágrafos, 5º e seus parágrafos e o art. 16, *caput*, da Lei 16.023 de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:**

...

**Art. 6º Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:**

**I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);**

**II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).**

**Parágrafo Único. Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.**

..."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 639/12**

**Projeto de Lei nº 639/12**

**Autor da emenda 01: Dep. Adelino Ribeiro com apoio de 28 deputados.**

**Autor da emenda 02: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Dispõe sobre o vencimento dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de 1º grau de jurisdição do estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica da lei 16.023/2008.

**EMENTA: EMENDAS MODIFICATIVAS. POSSIBILIDADE. ART. 141, 137 E 138 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDAS.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, tem como objetivo agregar ao vencimento dessas carreiras o valor que atualmente é pago a título de gratificação. Assim tais valores deixam de ser apenas um benefício temporário, passando a integralizar todo o vencimento do servidor, aumentando a base de





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



cálculo sobre o qual incidirá o percentual previdenciário, e de consequência, objeto de proventos e pensão.

Ocorre que, recebeu Emendas Modificativas de Plenário para correção de técnica legislativa e de erro formal ao projeto. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

- I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

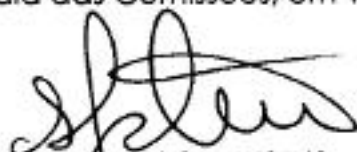



Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

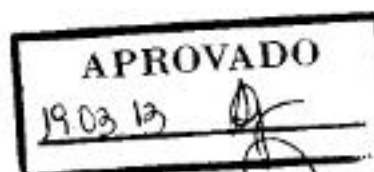
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das presentes Emendas Modificativas de Plenário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEP. ALEXANDRE CURI  
Relator





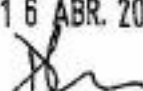
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*



**PROJETO DE LEI Nº 166/2012**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 16 ABR. 2012

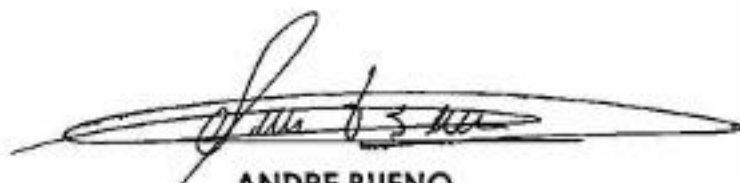
  
**1º Secretário**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
Entidade Filantrópica "O Bom  
Samaritano".

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Entidade Filantrópica "O Bom Samaritano", com sede e foro no Município de Medianeira.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2012

  
**ANDRE BUENO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*



**JUSTIFICATIVA**

A Entidade Filantrópica **"O Bom Samaritano"** é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário.

A finalidade desta entidade é atender prioritariamente crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, bem como famílias em situação de risco, que receberão orientação e acompanhamento da entidade. Seus objetivos estão em colaborar na reabilitação e integração social das crianças, adolescentes e famílias em situação de risco; promover reuniões, debates, conferenciais, seminários e círculos de estudos para famílias, rede de atendimento a crianças, adolescente e público em geral; zelar pela garantia da proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência garantida em lei; criar ou dirigir entidade de atendimento voltado à garantia de direitos de Crianças e Adolescentes em forma de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes.

Visando estes objetivos a Entidade Filantrópica **"O Bom Samaritano"** desenvolve também intercâmbios com entidades congêneres para troca de experiências, privadas ou públicas, nacionais ou internacionais, podendo ainda, firmar contratos de serviços, parcerias ou convênios com essas entidades sempre visando à promoção humana.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Andre Bueno*



Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Entidade Filantrópica "O Bom Samaritano", no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2012



**ANDRE BUENO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 166/2012**

Projeto de Lei nº. 166/2012  
Autor: Deputado André Bueno

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a ENTIDADE FILANTRÓPICA "O BOM SAMARITANO", com sede e foro no Município de Medianeira.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ENTIDADE FILANTRÓPICA "O BOM SAMARITANO"**, com sede e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

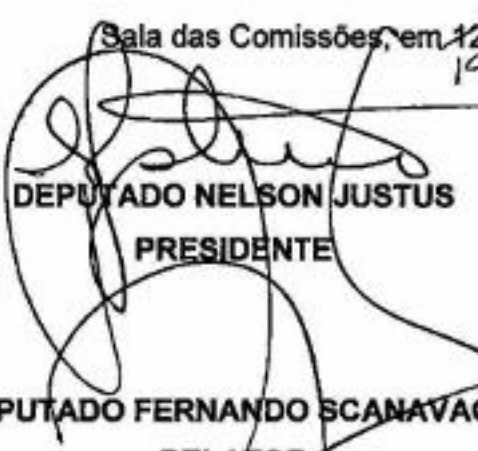
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.  
19

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PROJETO DE LEI Nº. 630/12**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 10 DEZ. 2012

*Rafagnin*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a "Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso - AAFCIPC", com sede e foro no Município de Cândói-PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso - AAFCIPC", com sede e foro no Município de Cândói-PR.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 2012.

*Luciana Rafagnin*  
**LUCIANA RAFAGNIN**  
Deputada Estadual - PT

14:58 18/12/2012 088172 DF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



## **JUSTIFICATIVA**

A **"Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso - AAFCIPC"** é uma organização social civil de direitos coletivos sem fins lucrativos, sem caráter religioso ou político partidário, dotada de autonomia política e administrativa, de duração indeterminada, localizada no Município de Candói – PR.

A AAFCIPC tem como prerrogativas principais:

- Promover, coordenar e executar espaços para estudos, pesquisas, formação e capacitação de seus membros;
- Desenvolver projetos sociais, produtivos, de formação e capacitação;
- Propiciar instrumentos, visando à criação e manutenção de fluxos de informação e comunicação entre as instituições que comungam do com os mesmos objetivos;
- Propor, executar e estabelecer parcerias para o desenvolvimento de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- Estimular junto aos pequenos agricultores e camponeses, o desenvolvimento da agro industrialização;
- Desenvolver ações experimentais de tecnologias e técnicas científica voltado à qualificação das ações na cadeia produtiva;
- Buscar meios para resgatar e potencializar ações culturais sócio-educativas;
- Atividades de compra e venda de produtos produzidos pelos associados.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei que declara de utilidade pública a **Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso – AAFCIPC**.

**Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin**

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911  
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630/2012**

Projeto de Lei nº. 630/2012

Autora: Deputada Luciana Rafagnin

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE ILHA PENÍNSULA DO CAVERNOSO- AAFCIPO, com sede e foro no Município de Cândói.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE ILHA PENÍNSULA DO CAVERNOSO- AAFCIPO, com sede e foro no Município de Cândói, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é o Município de Guarapuava, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 630/2012**

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificados a Súmula e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 630/2012, passando a contar com a seguinte redação:

**"Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso - AAFCIPC, com sede no Município de Cândói e foro no Município de Guarapuava.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a AAFCIPC – Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso, com sede no Município de Cândói e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná".

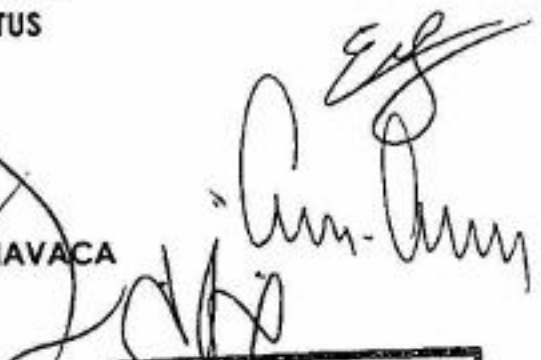
Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR

  
APROVADO

12.03.13 